

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

Exmas. Senhoras Vereadoras e senhores Vereadores da Câmara Municipal da Covilhã

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Magnífico Reitor da Universidade da Beira Interior

Exmos. Sen. Dns. Câmara Municipal e Freguesia
Representantes das autoridades Cívicas e Religiosas

Exmos. Representantes da Comunicação Social

Demais dignitários

Caros Concidadãos Covilhanenses

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Comemora-se hoje nesta Sessão a elevação da Covilhã a Cidade concedida por Carta Régia do Rei D. Luís. Este Decreto, datado de 20 de Outubro de 1870, reconhece os méritos da Covilhã e da sua população como móbil para a elevar a cidade. Pretende D. Luís dar testemunho do elevado apreço em que tem as suas gentes e o esforço pelo progresso e aperfeiçoamento da Indústria Nacional. É também o profundo apreço pelas nossas gentes que hoje nos faz estar aqui, o profundo respeito pelos nossos concidadãos e a profunda honra que nos deram ao eleger-nos seus representantes.

A diversidade de opinião que sempre tem marcado o funcionamento deste órgão, é a manifestação evidente dos diferentes conceitos de funcionamento da sociedade, das diferentes prioridades que os nossos concidadãos também eles têm. Há que saber respeitar essa diversidade e acarinhá-la, pois, sem divergência de pontos de vista, sem a sua discussão todos nós ficamos imutavelmente pobres.

No entanto, a honra que nos é dada pelos nossos concidadãos não pode ser separada da responsabilidade de trazer à discussão e decisão a opinião franca, honesta e bem pensada sobre os temas que marcam a vida dos covilhanenses hoje e provavelmente durante muitos anos. Essa responsabilidade é a de trabalhar com afinco e seriedade para que a materialização das opiniões em propostas sejam de facto alternativas sobre as quais temos que escolher. Não nos deve bastar ser a favor ou contra, devemos dizer o que queremos, como materializamos os pontos de vista dos covilhanenses que representamos porque, como disse, cabe-nos a profunda honra e responsabilidade de definir os destinos da nossa Cidade e do nosso Concelho.

A Covilhã existe no sopé da montanha há mais de oito séculos, é portadora de uma história muito relevante para o País. Cumpre recordar, a este propósito a importância de Pêro da Covilhã naquele que foi o mais importante contributo de Portugal para o mundo na época que começou a desenhar o conceito de globalização que foram os Descobrimentos. Esta é a Covilhã do arrojo que ainda hoje nos caracteriza. Podemos e devemos referir a importância de Mestre José

Vizinho ou de Ruy Faleiro e Francisco Faleiro ainda nos Descobrimentos. O conhecimento que possuíam foi indispensável para alguns dos mais importantes feitos marítimos não só de Portugal mas do Mundo. Esta é a Covilhã do conhecimento e da inovação que se manifesta desde estes tempos que perdurou na indústria laneira como reconhece D. Luís na Carta Régia, mas que ainda hoje influencia o Mundo desde logo pelo conhecimento e ciência produzido pela Universidade da Beira Interior.

Nas letras impõe-se evocar Melo e Castro e António Alçada Batista, escritor que muito me marcou na juventude e que muito honra a Covilhã das Artes. Covilhã que é hoje uma referência nacional na arte urbana e na oferta museológica. A Covilhã que hoje é Cidade Criativa do Design da Unesco, por virtude dos saberes aqui preservados e cultivados, por virtude da história da indústria têxtil que sempre incentivou a inovação, mas também porque continua a manter uma forte inovação em diversas áreas de actividade.

Mas a Covilhã não é apenas uma cidade de referências históricas, é uma cidade de referências contemporâneas, algumas das quais hoje justamente homenageamos. Distinguimos hoje profissionais que se distinguiram nas suas áreas, empresários empenhados, resilientes e inovadores, homens do associativismo e da política no sentido mais lato do termo, covilhanenses de berço mas também de adopção – evidência de uma cidade que acolhe e dá oportunidades, que distingue pelo mérito e não pela nascença. Distinguimos covilhanenses que serviram a Cidade e o Concelho, mas que levaram longe o nome e os

valores da Covilhã e dos covilhanenses, distinguimos instituições meritórias na educação, no serviço social e na inclusão, instituições que dignificam a Covilhã dentro e fora de portas. Homenageamos para fazer justiça.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Hoje celebramos a elevação da Covilhã a cidade em Sessão Solene da Assembleia Municipal para a qual fomos eleitos. A manter a tradição dos últimos mandatos, no próximo 20 de Outubro outros terão sido empossados na sequência de eleições autárquicas. Certamente o Presidente da Câmara será outro e, por isso, não devemos deixar de fazer uma análise ao caminho que percorremos nestes mandatos presididos por Vítor Pereira e pelo Partido Socialista.

Partimos todos os covilhanenses de uma situação sobejamente conhecida, mas que importa recordar, já que mais não seja para que não venhamos a repetir os mesmos erros que tanto custaram a corrigir.

Em Outubro de 2013 Vítor Pereira e o Partido Socialista entraram numa Câmara Municipal com algumas doenças graves: à cabeça uma situação financeira terrível em que o endividamento estava em 297% das receitas anuais correntes o que colocava a Câmara a 3% de ser intervencionada e na prática gerida a partir do Terreiro do Paço. Isto implicaria automaticamente a fixação no máximo de todos os impostos municipais. Felizmente hoje a situação é muito diferente – mesmo que

não tivesse mais nenhum mérito, que tem, permite aos covilhanenses a liberdade de tomarem as opções que entenderem melhor servir os seus interesses e os da Covilhã no futuro.

Para agravar a falta de capacidade de intervenção do município pelos constrangimentos financeiros, devemos recordar ainda que a capacidade operacional do município para a realização de obras era quase inexistente, tal era o grau de deterioração dos equipamentos à disposição do município. Nem dinheiro para mandar fazer nem equipamento para fazer.

Em Outubro de 2013 a Covilhã era uma cidade de parca actividade cultural, que em muitos anos se cingia ao tradicional concerto do Tony Carreira por alturas de S. Tiago. Uma cidade em que tínhamos de nos deslocar aos concelhos vizinhos para aceder a actividades de cultura e muito especialmente às artes performativas. Hoje a Covilhã tem mais espectáculos que qualquer um dos seus vizinhos, não porque os seus vizinhos tenham deixado de ter actividade cultural, felizmente, mas porque a Covilhã em muito melhorou nesta área. Como sabemos, o investimento de mais de 4 M€ na recuperação do TMC e do CICC que funciona na residencial Montalto foram imprescindíveis para isto.

Na acção social, e em particular na habitação social foi feito um investimento considerável de vários milhões de euros, que veio trazer melhores condições aos que mais necessitam e por vezes até trazer dignidade.

No desporto, é de salientar a enorme diversidade de modalidades praticadas na Covilhã, muito por iniciativa dos clubes e colectividades em que a edilidade mais não faz do que fomentar sinergias e apoiar

financeira e logisticamente estas iniciativas. Mas fá-lo com equidade e em função do mérito, e isso, penso, faz toda a diferença no número de iniciativas que ocorrem, na previsibilidade e na continuidade das mesmas.

Em termos de urbanismo é importante salientar o ímpeto dado à regeneração urbana onde fomos o primeiro ou um dos primeiros municípios a criar as ARU que representam ainda hoje um incentivo ao investimento na recuperação de imóveis. Numa cidade que durante muitos anos a orientação era a de deslocalizar serviços para a zona nova da cidade, a assunção da necessidade de revitalizar o centro histórico foi fulcral para a mudança que já existe e que continua a acontecer. Nesta área como em tantas outras, cabe aos poderes públicos dar sinais e incentivos que permitam às pessoas e aos empresários fazer aquilo que entendem melhor para si, mas que é o objectivo da política delineada. Neste caso penso que, para lá das ARU que referi, o investimento na arte urbana, o verão no centro histórico ou o apoio a iniciativas das nossas colectividades tiveram um papel relevante no crescente investimento que, também na hotelaria e restauração, continua a verificar-se nesta zona da cidade.

A Covilhã é a cidade da Montanha, a sede de um Concelho frequentado por cada vez mais turistas, seja pelos desportos de inverno, pela neve ou pelo turismo de natureza - um Concelho com mais de trezentas e vinte e sete mil dormidas por ano.

É fundamental que nesta casa da democracia se fale também de democracia. Neste aspecto não temo dizer que se respira muito mais

democracia na Covilhã e no Concelho. Para lá da sensação que cada um de nós tem a respeito deste facto é indesmentível que houve um enorme incremento na transparência com que a coisa pública é gerida. Falo-vos dos regulamentos aprovados ao longo destes anos, que além da preocupação com a justiça e a equidade são um instrumento que permite aos covilhanenses saber em que moldes os seus destinos são geridos.

Desde logo nesta assembleia, em que a aprovação mais ou menos consensualizada da gestão dos trabalhos trouxe a todos regras claras e previsibilidade na condução dos mesmos através da aprovação do novo regimento. Trouxe também equidade aos diversos grupos municipais eleitos. Mas não podemos esquecer os regulamentos na área do desporto, da cultura, da habitação social e do associativismo. Este último, em particular, e estão aqui diversos membros de órgãos sociais do nosso movimento associativo que o podem testemunhar, acabou com uma prática indigna e injusta que, basicamente, consistia na gestão do financiamento às nossas associações e colectividades de forma casuística e desigual em função de critérios opacos que muitos interpretam como amiguismo e também eles uma forma de clientelismo. Não é de somenos importância que, não só os partidos e movimentos políticos tiveram oportunidade a dar os seus contributos, como também os visados por cada um destes instrumentos foram ouvidos e consultados.

É inevitável hoje falar de dois assuntos que muito têm sido falados nos últimos tempos. No primeiro espero contribuir para a desconstrução de

uma ideia que se pode estar a formar e que não corresponde à realidade. Falo da segurança pública ou melhor, das notícias que indicam a falta dela. Em particular de um par de casos isolados de acções criminosas que, apesar do legítimo sentimento dos visados e da importância que os próprios e todos lhe devemos dar, são isso mesmo, um par de casos isolados, que marcam a agenda desde há alguns meses e que continuarão a marcar certamente. Costumo pensar que a evidência de serem casos isolados é o facto de as notícias se centrarem há meses à volta dos mesmo actos isolados. Não deixo também de pensar para mim próprio que, em geral, quando algo faz notícia é porque não é usual que ocorra, e estou convencido de ser esse o caso da nossa cidade. O segundo assunto da actualidade que vou referir é a recente decisão da Câmara Municipal de proceder ao resgate da Concessão do Tratamento de Águas Residuais em Alta no Concelho da Covilhã. Esta decisão vem acabar com um grilhão que pendia sobre a cabeça e as carteiras dos covilhanenses desde 2005 mas cujos efeitos, vá-se lá saber porquê, se fizeram sentir de forma mais nefasta a partir de 2013. Muitos de vós estarão a pensar que já passou tempo demais para ainda se estar a falar do passado algo longínquo, para se falar na pesada herança o léxico que consecutivos governos têm usado. Mas a realidade é que quando temos 100 M€ para pagar num prazo de dez anos como sucedia em 2013 os covilhanenses têm de os pagar. A realidade é que quando temos um contrato para a gestão das águas residuais com a duração mínima de 18 anos com um privado, esse contrato tem de ser cumprido. O preço que lá foi inscrito tem de ser pago. Como já disse há pouco a respeito do saneamento financeiro, também aqui os covilhanenses ficam mais livres porque se livram deste

grilhão. Foram anos demais, mas logo que a legalidade o permitiu acabámos com este contrato. O valor a pagar por este resgate é mais ou menos um décimo do que pagariam nos próximos dez anos.

Quando tomamos decisões temos de avaliar o seu impacto no curto, médio e longo prazo. No caso da Covilhã tomámos no passado um conjunto de decisões com impacto até aos dias de hoje que estavam erradas. Falo por exemplo da reabilitação urbana feita na Ribeira da Degoldra, onde criámos um parque (o parque da Goldra) que era então disfuncional e continua a ser ainda hoje. É certo que se resolveu então um passivo ambiental naquela ribeira, mas também é verdade que tivesse a obra um cariz diferente, estaria ainda hoje funcional e a servir a população. O facto é que se gastou o dinheiro, e hoje teremos que voltar a investir naquele espaço. A reformulação da Piscina Municipal dos Penedos Altos é outro exemplo, é uma infraestrutura que teve avultados investimentos ao longo dos anos, mas que na realidade nunca supriu a necessidade que tem o Concelho da Covilhã de ter uma verdadeira piscina para a prática desportiva. Também aqui o investimento podia ter sido de forma a resolver definitivamente o assunto. Estes factos mais evidentes, como outros que se poderiam elencar levam-me a afirmar que mais vale pensar bem os investimentos mais relevantes e estratégicos, em vez de correr a gastar dinheiro sem resolver os problemas definitivamente.

Minhas senhoras e meus senhores

Em 20 de Outubro de 2025, como disse, já terão decorrido eleições e alguns dos protagonistas de hoje serão obrigatoriamente diferentes. Esse facto não nos vai inibir de continuar a pensar e delinear o futuro. Aqueles que o povo vier a eleger terão a vida mais fácil para definir as políticas para a Covilhã e o Concelho. Libertos que estão dos grilhões da dívida e da Concessão do saneamento, mas também com a muita obra já feita, terão condições para encetar novas políticas e materializar outras ambições.

Até ao fim deste mandato penso que existem algumas obras estratégicas fundamentais para a Covilhã e para a região que podem e devem dar passos seguros rumo à sua concretização. Falo da Construção da Barragem da Ribeira das Cortes que é fundamental para o abastecimento de água à Covilhã e potencialmente à região. Penso que o executivo deve preparar o projecto para a execução deste empreendimento e, se possível começar as obras. Falo também da construção de uma nova piscina municipal. Uma cidade como a Covilhã, dada a sua dimensão, mas também o facto de a UBI ser uma referência nacional na formação na área do desporto, necessita de uma infraestrutura destas com a maior brevidade possível. Neste caso particular penso até que o investimento acabará por poupar muito dinheiro logo desde os primeiros anos, atendendo ao estado de degradação da piscina dos Penedo Altos. Mas falo também da necessidade da construção de um pavilhão multiusos. É fácil identificar a necessidade de um pavilhão desportivo na sede de Concelho, mas penso que isso não basta. Devemos construir um pavilhão multiusos que além de permitir a prática desportiva deve

também possibilitar a organização de outro tipo de eventos, como congressos e simpósios. Na realidade a Covilhã tem capacidade na área da hotelaria para atrair este tipo de eventos, mas falta-lhe uma infraestrutura que possa permitir a sua realização. A existência de um pavilhão multiusos com dimensão relevante poderá permitir delinear uma estratégia de médio prazo para posicionar a Covilhã em matéria de organização destes certames à escala nacional, mas mesmo até na Península Ibérica dada a centralidade que temos para uma boa parte da Península. Falo ainda da necessidade de reformular os parques industriais do nosso Concelho possibilitando ainda mais a fixação das unidades industriais que nos têm procurado, que se têm cá instalado, mas que rapidamente estão a esgotar a nossa capacidade de resposta.

A Covilhã é a cidade mais relevante na nossa região e que reganhou uma centralidade que tinha perdido. Neste aspecto não devemos voltar nunca ao passado do isolacionismo. A Covilhã tem a obrigação de liderar ao nível regional garantindo o necessário apoio aos municípios nossos vizinhos e aos seus cidadãos. Se queremos liderar a região, o que se justifica desde logo pela nossa dimensão e iniciativa, temos que estar atentos às expectativas e necessidades daqueles que lideramos e procurar corresponder a essas expectativas.

A Covilhã é a cidade que olha e vive a montanha a poente, mas que, cosmopolita e multifacetada, também olha de frente o nascer do Sol e interage com a região onde se insere, com o país, com a Península Ibérica e com a Europa e o Mundo.

Esta é a Covilhã. Esta é a nossa Covilhã. Esta é a minha Covilhã. É por ela que vamos continuar a trabalhar e a lutar.

Viva a Covilhã.